

# Governo aperta cinto até 2006

*Economia - Brasil*

Ministro anuncia manutenção de superávit de 4,25% do PIB até o fim do governo Lula

NELSON BREVE E  
MURILO RAMOS  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

**BRASÍLIA** – O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou ontem a revisão das metas de superávit primário para os próximos três anos. Previa originalmente para 3,5% do Produto Interno Bruto pelo governo anterior, a economia de despesas do governo para pagamento de dívidas permanecerá em 4,25% do PIB, mesmo percentual previsto para este ano. Ciente do desgaste político da medida, que entrará em vigor independentemente da prorrogação do acordo com o Fundo Monetário Internacional – que se encerrará ao fim deste ano –, o

governo prepara terreno para a flexibilização das metas.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), antecipou ontem que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem vai sinalizar a possibilidade de flexibilização da política fiscal a partir de 2005. A proposta, que será enviada na próxima semana ao Congresso, vai manter para 2004 uma meta fixa de superávit primário, mas indicará metas ajustáveis conforme o crescimento da economia para os dois anos seguintes.

Com esse gesto, o governo espera abrir uma discussão, tanto interna quanto externa, para re-

ver os conceitos ortodoxos do FMI. A idéia é indexar a meta fiscal ao crescimento do PIB, de modo que o superávit exigido em um eventual acordo seja menor quando a economia do país crescer menos do que o esperado

e maior quando superar as expectativas.

Trata-se de um mecanismo anticíclico. Isto é, se a economia apresentasse crescimento acima do projetado, o governo teria como fazer caixa e, no outro ano, investir em programas sociais. Caso a economia registrasse desempenho abaixo do esperado, a meta de superávit primário cairia.

– Queremos romper a visão ortodoxa e monetarista que tem

prevalecido no debate econômico – disse Mercadante em discurso no plenário do Senado.

O ministro do Planejamento também antecipou que as metas de crescimento econômico previstas na LDO serão de 3,5% para 2004, 4% para 2005 e 4,5% para 2006. Outra meta perseguida pelo governo é reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB a um patamar inferior a 50% ao fim de 2006. Hoje, ela está em torno de 55%.

– Estamos criando condições para que a dívida caia e a confiabilidade internacional na solvência do Brasil seja plenamente estabelecida – afirmou Mantega.

*breve@jb.com.br  
murielramos@jb.com.br*